

**Curso de Gestão da Mobilidade Urbana
Ensaio Crítico - Turma 17
A mobilidade urbana**

Camila Franz Hermes (*)

A mobilidade urbana compreende o deslocamento das pessoas e bens no espaço urbano, utilizando para isto, a infraestrutura existente sendo ela as vias, calçadas, ciclovias entre outros, por meios motorizados ou não. A mobilidade exerce um importante papel em nossas vidas, pois todos as pessoas possuem a necessidade de se deslocarem de um lugar ao outro à procura de estudo, trabalho, lazer ou outra atividade de seu interesse.

No Brasil, o crescimento das cidades aconteceu de forma desordenada, com pouco ou nenhum planejamento na maioria dos casos. O aumento significativo da população, a concentração de trabalhos, serviços e equipamentos urbanos nas áreas centrais juntamente com a especulação imobiliária nesses centros levaram à ocupação das periferias, principalmente pela população de baixa renda que não pode pagar pela infraestrutura destas regiões, gerando deslocamentos além de extensos, mais complexos e fazendo do transporte um importante sistema da cidade. O incentivo governamental dado às empresas do setor automobilístico, às longas distancias criadas para atender as necessidades dos cidadãos e a precária qualidade do transporte público devido aos baixos investimentos, fizeram o aumento na frota de veículos leves, como carros e motos atingirem uma situação crítica.

Em janeiro de 2012, foi homologada a Lei da Mobilidade Urbana que instituiu diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade onde segundo o Art.05 da Lei 12587/12, um dos princípios na qual esta foi fundamentada é o Princípio da Acessibilidade. Atualmente, em muitos casos é necessário percorrer grandes distâncias, por meio de calçadas sem qualidade ou inexistentes, para ter acesso ao transporte público, precisando mudar de ônibus ou modal pagando uma nova tarifa para chegar ao seu destino, porém segundo o Projeto de Lei nº1687/2007 acessibilidade é definida como a “facilidade em distância, tempo e custo, de se alcançar, com autonomia, os destinos desejados na cidade” (PLANMOB,2007), mas percebemos que este princípio não é cumprido de forma democrática, sendo ao meu ver, necessário a criação de novas centralidades em nossas cidades.

A mudança constante no planejamento dos governantes fez com que nenhum modal se desenvolvesse com vigor, assim o transporte ferroviário foi praticamente abandonado, apenas 2,5% dos municípios brasileiros possuem trens e o metrô está presente em apenas 20 cidades do Brasil, ou seja 0,3%, conforme dados do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic,2012), desta forma, o transporte público brasileiro está fortemente relacionado ao ônibus. A má qualidade do transporte coletivo e as longas distâncias fazem com que milhões de brasileiros utilizem o transporte individual, por razões ilusórias de conforto e agilidade. Visto que as vias urbanas já estão sobrecarregadas isso acarreta em uma disputa pelo espaço entre veículos motorizados, coletivos e individuais e modos não motorizados de deslocamento como pedestres e ciclistas que vem gerando muitos acidentes.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

Percebe-se que nosso sistema atual de planejamento e gerenciamento da mobilidade está levando à falência das grandes cidades, segundo Jan Gehl (2011) “O carro espreme a vida urbana para fora do espaço público”, pois incentiva o espalhamento urbano, gerando um custo muito alto para a sociedade como poluição, acidentes, engarrafamentos etc. Em agosto de 2014 foi realizado um Estudo da Demanda de Energia pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) onde estima-se que em 2050 teremos 130 milhões de veículos leves circulando no país, em 2011 esse número era de aproximadamente 58 milhões, conforme estudos do professor Marcos Cintra da Fundação Getúlio Vargas, são gastos 32 bilhões por ano apenas em São Paulo devido aos congestionamentos de veículos motorizados.

A falência do modelo atual nos leva a discutir uma nova forma de organizar e gerir as cidades, surge um novo conceito de “Walkable Urbanism”, ou “Urbanismo Caminhável”, que seria a ideia de encurtar as distâncias entre moradia trabalho e lazer, com a criação de novas centralidades, densificar as áreas com infraestrutura compatível e criar espaços de usos mistos interligados aos sistemas de transporte e lazer como praças e parques. O princípio é readequar a escala da cidade que com os tempos foi se modificando e assumindo a escala do automóvel, e devolver a cidade para as pessoas, priorizando assim as ações que atendam os indivíduos não motorizados, pois são os mais frágeis do sistema e todos assumimos este papel em algum momento do nosso dia, depois ações que atendam à população em massa e por fim os transportes motorizados individuais.

A Lei da Mobilidade urbana foi um grande passo para conquistarmos a cidade mais planejada e igualitária que almejamos, porém é necessária uma gestão eficiente e integrada ao Plano Diretor do município para que sejam criadas ações que regulem a exploração do solo e incentivem a ocupação dos centros urbanos que hoje estão nas mãos da especulação imobiliária. Também é necessário criar ações de fiscalização, logística, educação e cidadania, aproximando a população cada vez mais do planejamento e da gestão dos bens públicos.

(*) Camila Franz Hermes é Estagiária na E.U. Consultoria e Planejamento LTDA EPP